



SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2025
Com o relatório dos auditores independentes**

SPC BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2025

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPC Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPC Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2026.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC-2SP031004/O-6

A handwritten signature in blue ink, reading "Fábio Debiaze Pino". The signature is written in a cursive style and is positioned above the printed name and title.

Fábio Debiaze Pino
Contador- CRC1SP 251154/O-9

SPC Brasil S.A.*(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)*Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes	4	212.338.888	144.280.923
Contas a receber	5	28.404.582	496.116
Impostos a recuperar	6	25.435.703	964.738
Outros créditos	7	1.056.798	632.024
Partes relacionadas	8.a	952.959	564.706
Despesas antecipadas	9	7.730.726	2.729.241
		275.919.656	149.667.748
Não circulante			
Depósitos judiciais		3.335	3.335
Impostos a recuperar	6	20.025	-
Partes relacionadas	8.a	1.167.297	1.835.294
Direito de uso de aluguel	10	1.234.050	1.851.075
Investimentos	11	17.412.361	10.065.029
Imobilizado	12	3.397.407	4.418.844
Intangível	13	23.204.371	22.727.158
		46.438.846	40.900.735
Total		322.358.502	190.568.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Brasil S.A.*(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)*Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	14	3.171.599	1.329.591
Obrigações fiscais	15	26.963.220	401.247
Obrigações trabalhistas	16	9.611.217	6.800
Arrendamento a pagar	10	615.965	550.591
Partes relacionadas	8.b	1.301.206	411.301
Obrigações do convênio	17	36.239.937	-
Outras obrigações	18	6.027.593	422.057
		83.930.737	3.121.587
Não Circulante			
Arrendamento a pagar	10	685.935	1.300.484
Provisão para contingências	26	512.603	-
Provisão para indenizações contratuais	19	5.404.566	-
		6.603.104	1.300.484
Patrimônio líquido			
	20		
Capital social		2.942.921	2.942.921
Reserva de capital		215.225.859	215.225.859
Reserva legal		588.584	83.448
Reserva estatutária		12.048.137	327.794
Lucro (prejuízo) acumulado		1.019.160	(32.433.610)
		231.824.661	186.146.412
Total		322.358.502	190.568.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Brasil S.A.*(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)*Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	21	260.655.217	4.906.023
Custos	22	(45.159.376)	(1.106.574)
Lucro bruto		215.495.841	3.799.449
(Despesas) Outras receitas			
Administrativas	23	(5.292.712)	(691.680)
Serviços	23	(47.741.583)	(8.534.145)
Pessoal	23	(83.042.826)	(2.330.984)
Viagens	23	(35.260)	-
Eventos	23	(1.054.178)	(352.910)
Marketing	23	(15.251)	(1.989.651)
Tributárias	23	(1.150.881)	(703.160)
Depreciação	23	(16.999.794)	(23.498.015)
Judiciais	23	(1.414.553)	(83)
Direito de uso de marca	23	(7.956.298)	-
Outras despesas	23	(594.733)	(521.959)
Equivalência patrimonial	11	(6.704.106)	(6.500.158)
		(172.002.175)	(45.122.745)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		43.493.666	(41.323.296)
Resultado financeiro líquido	24	22.786.529	13.514.499
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		66.280.195	(27.808.797)
Imposto de renda e Contribuição social - Corrente	25	(20.601.946)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		45.678.249	(27.808.797)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	45.678.249	(27.808.797)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>45.678.249</u>	<u>(27.808.797)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Brasil S.A.*(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)*

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em reais (R\$)

Descrição	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas estatutárias	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.942.920	(12.000)	-	83.448	333.794	(4.624.813)	(1.276.651)
Aumento de capital	1	-	-	-	-	-	1
Ágio na subscrição de ação	-	-	215.225.859	-	-	-	215.225.859
Redução de capital a integralizar	-	6.000	-	-	-	-	6.000
Reversão de capital a integralizar	-	6.000	-	-	(6.000)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(27.808.797)	(27.808.797)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.942.921	-	215.225.859	83.448	327.794	(32.433.610)	186.146.412
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	45.678.249	45.678.249
Reserva legal	-	-	-	505.136	-	(505.136)	-
Reserva para contingências	-	-	-	-	6.306.054	(6.306.054)	-
Reserva para compra de ações	-	-	-	-	63.698	(63.698)	-
Reserva para formação do patrimônio líquido	-	-	-	-	254.790	(254.790)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	5.095.801	(5.095.801)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.942.921	-	215.225.859	588.584	12.048.137	1.019.160	231.824.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Brasil S.A.*(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)*Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	45.678.249	(27.808.797)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	6.704.106	7.065.821
Baixa de investimento pelo encerramento das operações	-	(565.663)
Baixa de valor residual de imobilizado	-	804.565
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	732.434	-
Provisão para indenizações contratuais	5.404.566	-
Provisão para contingências	512.603	-
Baixa de valor residual de intangível	459.099	-
Depreciação e amortização	16.999.794	23.498.015
	76.490.851	2.993.941
Varição em ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) em contas a receber	(28.640.900)	646.803
Redução (aumento) em impostos a recuperar	(24.490.990)	(961.149)
Redução (aumento) em outros créditos	(424.774)	(483.645)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(5.001.485)	(2.729.241)
Redução (aumento) em depósitos judiciais	-	35.155
(Redução) aumento em fornecedores	1.842.008	1.038.163
(Redução) aumento em obrigações fiscais	26.561.973	56.856
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	9.604.417	317
(Redução) Aumento de obrigações do convênio	36.239.937	-
(Redução) aumento em outras obrigações	5.605.536	164.713
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	97.786.573	761.913
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Integralização de capital em investida	(14.051.438)	(14.672.363)
Direito de uso	-	(1.699.455)
Aquisição de imobilizado e intangível	(16.297.644)	(3.630.267)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(30.349.082)	(20.002.085)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	1
Redução de capital a integralizar	-	6.000
Ágio na subscrição de ações – caixa e equivalentes de caixa	-	149.024.117
Ágio na subscrição de ações – partes relacionadas	-	19.530.456
Partes relacionadas	1.169.649	(23.229.636)
Arrendamento a pagar	(549.175)	1.503.698
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	620.474	146.834.636
Acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	68.057.965	127.594.464
No início do exercício	144.280.923	16.686.459
No final do exercício	212.338.888	144.280.923
Acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	68.057.965	127.594.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A SPC Brasil S.A. (“Companhia” ou “SPC BRASIL”) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objetivo fomentar a atividade comercial dos diferentes segmentos de atividade econômica no país, propiciando o aumento na segurança das transações comerciais, e atuará disponibilizando serviços de utilidade para a sociedade em geral, respeitando sempre o compromisso de ser um agente de promoção de desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, a Companhia tem por objeto social as seguintes atividades:

- a) A prestação de serviços de informações cadastrais, comportamentais, mercadológicas e de proteção ao crédito, com o arquivamento, processamento, beneficiamento, tratamento e disponibilização, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas;
- b) Desenvolvimento e exploração de soluções de meios de pagamento em geral próprias ou de terceiros;
- c) Desenvolvimento, distribuição, consultoria, cessão e licenciamento de direito de uso de software próprio ou de terceiros;
- d) A intermediação, o desenvolvimento e a disponibilização de soluções tecnológicas que tenham por objetivo o apoio às diversas fases dos ciclos de negócios dos diferentes segmentos de atividade econômica em operação no Brasil e no exterior, seja através da análise de risco ou de oferta de informações combinadas ou isoladas;
- e) Intermediação de negócios de qualquer natureza, exceto negócios imobiliários;
- f) Certificação digital;
- g) Gerenciamento de campanhas de acionistas e terceiros;
- h) Participação, como acionista, sócia ou quotista, em outras sociedades ou empreendimentos, no Brasil ou no exterior; e
- i) Realização de Joint Ventures ou parcerias comerciais para o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

A Companhia iniciou suas atividades em 2 de janeiro de 2018.

Em 27 de novembro de 2025, com base em ata de assembleia geral extraordinária houve a deliberação para a mudança da denominação social da Companhia de Serviços para o Comércio do Brasil S.A. para SPC Brasil S.A.

Migração de operações de Gestão de Banco de Dados – “Rito de Passagem”

Em 2019, o BACEN, ao registrar o SPC Brasil como um GBD (Gestor de Banco de Dados) para fins do Cadastro Positivo, determinou a separação das atividades do SPC Brasil e CNDL, indicando a necessidade de que esta operação fosse realizada por uma pessoa jurídica regularmente constituída com personalidade jurídica própria.

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

Em atendimento ao BACEN, a direção da Companhia, da CNDL e da SPC Brasil entenderam que o ideal seria a transferência desta operação, então, para a SPC S.A., empresa já constituída e apta a assumir tal papel. O projeto foi denominado “Rito de Passagem” e é composto das diversas fases necessárias para a realização da migração, como a transferência de ativos, aprovações estatutárias para aumento de capital, transferência de contratos, licenças e serviços, transferência de colaboradores e, finalmente, o tombamento do faturamento e clientes para a Companhia.

As aprovações estatutárias foram obtidas em assembleias realizadas em dezembro de 2023 e ao longo do exercício de 2024 foram realizadas as transferências de bens do ativo imobilizado, do ativo intangível e valores de disponibilidades para a integralização do aumento de capital da Companhia, decorrentes de cisão parcial das operações da SPC Brasil, devidamente suportados por Laudo de Avaliação do Acervo Líquido, datado de 27 de novembro de 2023.

Em dezembro de 2024 ocorreu a publicação oficial por parte do BACEN da SPC S.A. como GBD.

Em 01 de Janeiro de 2025 foram efetivamente migradas todas as operações relacionadas a gestão de banco de dados, com transferências dos colaboradores e contratos de serviços do SPC Brasil para a SPC S.A., bem como a cessão de direitos de uso e ativos relacionados à operação.

2. Base para preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade com as práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas por sua administração em 18 de março de 2026.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera; as principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R\$ (reais), desta forma considera-se como moeda funcional a moeda local (reais). Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / NBC TG 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir: Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 4) classificadas ao valor justo por meio do resultado, além de contas a receber (Nota explicativa nº 5), outros créditos (Nota explicativa nº 7) e partes relacionadas (Nota explicativa nº 8.a) os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados e pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no encerramento destes passivos também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por fornecedores (Nota explicativa nº 14), partes relacionadas (Nota explicativa nº 8.b) e outras obrigações (Nota explicativa nº 18), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco liquidez, cujas taxas são compatíveis com as de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

3.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao preço da transação, deduzidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

3.4 Ajuste a valor presente

São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificados ajustes dessa natureza.

3.5 Investimentos

Os investimentos são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da investida, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, são reconhecidas como receita (ou despesa) operacionais. As participações societárias nos exercícios em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim demonstradas:

Descrição	Participação
SPC Grafeno Infraestrutura e Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.	50%

3.6 Imobilizado

Avaliado pelo custo de aquisição, combinado com a dedução da sua depreciação, que foi calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 12.

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

3.7 Intangível

Avaliado pelo custo de aquisição, sendo sua amortização calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13.

A vida útil dos ativos foi revista considerando a melhor estimativa que a administração tem para cada uma das linhas registradas no intangível.

3.8 Redução ao valor recuperável de ativos (não circulante)

A administração analisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essa evidência é identificada e o valor líquido contábil excede o valor recuperável, uma estimativa para redução ao valor recuperável do ativo é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.9 Fornecedores

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos de tais passivos, acrescido das variações cambiais, quando aplicável, incorridas até a data do balanço.

3.10 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor das operações e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

3.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que sejam necessários benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa da quantidade pode ser feita. A despesa ou reversão relativas a quaisquer provisões são reconhecidas no resultado do exercício.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, ambos reconhecidos na demonstração do resultado, quando aplicável.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece também provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

A empresa foi tributada pelo lucro real anual, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240 e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

3.13. Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, líquida de descontos e impostos ou encargos relacionados. A receita não é reconhecida se houver incerteza significativa quanto à sua realização.

3.14. Novas normas, alterações e interpretações

Normas novas e alterações em vigor no exercício corrente:

Alteração a NBC TG 02 (R3) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis / IAS 21: Aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.

OCPC 10 – Créditos de Carbono: Estabelece normas específicas para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização.

NBC TG 32 (R4) – Tributos Sobre o Lucro / IAS 12: — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois: Clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substantivamente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras.

A administração da Companhia avaliou a nova norma em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

Normas novas e revisadas emitidas, mas ainda não vigentes:

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência no início ou após 1º de janeiro de 2026 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo:

Alteração a NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e NBC TG 40 (R3) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Vigente a partir de 1 de janeiro de 2026.

IFRS S1 – Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: Estrutura de divulgação de riscos e oportunidades de sustentabilidade. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2026.

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

IFRS S2 – Divulgação de Informações Climáticas: Requisitos de divulgação de riscos e oportunidades climáticas. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2026.

IFRS 18 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: Estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação. Vigente a partir de 1 de janeiro de 2027.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS. Vigente a partir de 1 de janeiro de 2027.

A administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, à medida que os normativos são regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	2	11
Aplicações financeiras	212.338.886	144.280.912
Total	212.338.888	144.280.923

As aplicações financeiras incluem certificados de depósitos bancários e títulos emitidos e compromissados de instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Estão sendo classificadas no caixa e equivalentes caixa por serem aplicações automáticas, com possibilidade de resgate imediato, e não haver risco de mudança de valor caso o mesmo ocorra.

5. Contas a receber

Descrição	2025	2024
Duplicatas a receber	29.137.016	496.116
Perda com créditos de liquidação duvidosa	(732.434)	-
Total	28.404.582	496.116

O registro da perda esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), é realizado como redutora das duplicatas a receber, em contrapartida ao resultado do exercício.

Em 2025 foram registrados na PECLD 100% do valor dos títulos com atraso superior a 364 dias e 50% do valor daquelas com atraso entre 181 e 264 dias.

Descrição	2025	2024
Acima de 364 dias	4.092	-
Entre 181 e 364 dias	1.456.682	71.746
Entre 91 a 180 dias	850.447	11.055
Entre 61 e 90 dias	147.304	28.593
Entre 31 e 60 dias	464.797	50.529
Até 30 dias	26.213.694	334.193
Total	29.137.016	496.116

SPC Brasil S.A.*(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)*

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

Movimentação da PLCD - 2025

Descrição	2025
(=) Saldo inicial	-
(+) Adições – 100% dos títulos acima de 364 dias	(4.092)
(+) Adições – 50% dos títulos entre 181 e 364 dias	(728.342)
(=) Saldo final	(732.434)

6. Impostos a recuperar

Descrição	2025	2024
Imposto de renda sobre rendimentos financeiros	11.543.029	958.716
PIS a compensar	2.036.205	-
COFINS a compensar	9.383.975	-
CSLL a compensar	2.472.494	6.022
Outros impostos	20.025	-
Total	25.455.728	964.738
Circulante	25.435.703	964.738
Não circulante	20.025	-

São registrados neste grupo os valores referentes aos impostos retidos nos resgates de aplicações financeiras ou na emissão das notas fiscais de vendas de serviços.

7. Outros créditos

Descrição	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	871.973	95.530
Adiantamentos a funcionários	-	357.809
Outros créditos	206.140	200.000
Perdas estimadas	(21.315)	(21.315)
Total	1.056.798	632.024

8. Partes relacionadas**(a) Transações com partes relacionadas – Ativo**

Descrição	2025	2024
SPC Brasil – Reembolso de despesas	284.964	-
CNDL – Mútuo (i)	2.178.174	2.400.000
CNDL – Mútuo (Juros a incorrer) (i)	(342.882)	-
Total	2.120.256	2.400.000
Circulante	952.959	564.706
Não circulante	1.167.297	1.835.294

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

(i) Mútuo firmado em 28 de março de 2024, no total de R\$ 2.400.000, com vencimento em 2029, com juros remuneratórios de 1,14% a.a. A primeira parcela teve seu vencimento a partir de 15 de janeiro de 2025.

(b) Transações com partes relacionadas – Passivo

Descrição	2025	2024
SPC Brasil – CSC	1.301.206	411.301
Total	1.301.206	411.301

Por compartilharem estrutura e equipes de apoio administrativo, SPC Brasil e SPC S.A. firmaram contrato de Centro de Compartilhamento de Serviços (CSC).

Conforme estabelecido em contrato, são rateadas entre as empresas os custos referentes a pessoas, serviços e estrutura administrativa em proporção equivalente a participação de cada uma na soma de seus faturamentos mensais. As apurações são feitas a cada fechamento e os valores pagos até o último dia útil do mês seguinte.

9. Despesas antecipadas

Descrição	2025	2024
Licenças de software	7.730.726	2.729.241
Total	7.730.726	2.729.241

Valores de licenças de softwares de segurança da informação e de bancos de dados válidas pelo período de 12 meses após sua contratação.

10. Direito de uso de aluguel e arrendamento a pagar

Descrição	2025	2024
(=) Saldo inicial	1.851.075	303.241
(+) Adições	-	1.699.455
(-) Amortizações	(617.025)	(151.621)
(=) Saldo final	1.234.050	1.851.075

Passivo	2025	2024
(=) Saldo inicial	1.851.075	347.377
(+) Adições	-	1.866.268
(-) Pagamentos	(726.226)	(30.717)
(-) Juros	177.051	(331.853)
(=) Saldo final	1.301.901	1.851.075

Circulante	615.965	550.591
Não circulante	685.935	1.300.484

Em 01 de janeiro de 2023 a Companhia adotou integralmente a NBC TG 06 (R3), fazendo o reconhecimento de contratos de locação pelo fluxo de caixa descontado e usando como taxa de desconto o valor da SELIC registrado na data da adoção.

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2024, como parte do processo de transferência da operação do SPC Brasil para a SPC S.A., foram cedidos os contratos de aluguel anteriormente do SPC Brasil, sendo necessária uma nova mensuração dos valores registrados a fim de refletirem de forma adequada este novo quadro. A correção dos valores considerou como taxa de desconto a SELIC e a expectativa de permanência no imóvel é até dezembro de 2027.

11. Investimentos

Descrição	2025	2024
SPC Grafeno	17.412.361	10.065.029
Total	17.412.361	10.065.029

Abaixo apresentamos a movimentação dos investimentos:

SPC Grafeno	2025	2024
Dados da coligada		
Capital social	68.745.770	55.594.241
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.951.348	-
Prejuízos acumulados	(18.045.109)	(4.203.491)
Prejuízo líquido do exercício	(13.408.214)	(13.841.618)
Total do patrimônio líquido	52.243.795	37.549.132
Participação no capital - %	50%	50%
Movimentação do investimento		
(=) Saldo inicial	10.065.029	2.313.475
(+) Integralização de capital	14.051.438	14.672.363
(+/-) Resultado de equivalência	(6.704.106)	(6.920.809)
(=) Saldo final	17.412.362	10.065.029

Em 26 de setembro de 2019 foi constituída a sociedade por ações SPC Grafeno Registradora S.A. objetivando a administração de plataforma eletrônica (“Plataforma SPC Grafeno”) com a finalidade de exercer atividade de registro de títulos, ativos, direitos creditórios e instrumentos financeiros, incluindo todos e quaisquer títulos, ativos, direitos creditórios e instrumentos financeiros considerados elegíveis pelo Conselho de Administração ou, ainda, por determinação das autoridades brasileiras competentes (“Ativos Financeiros”), bem como atividades de registro de operações envolvendo tais ativos financeiros, incluindo o registro de ônus e gravames sobre referidos ativos financeiros. São sócios a Serviços para o Comércio do Brasil S.A. e Grafeno Holding Ltda., as quais subscreveram no exercício de 2020 para o capital social da Companhia, o valor R\$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 cada uma. A participação de cada sócio corresponde a 50% do capital social.

Em 19 de outubro de 2020 o capital foi alterado para R\$ 5.001.000, através da emissão de uma única ação preferencial no valor de R\$ 5.000.000 a ser integralizada em 2022 pela Grafeno Holding Ltda. Na mesma data procedeu-se com a alteração do nome empresarial para SPC Grafeno Infraestrutura e Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.

SPC Brasil S.A.*(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)*

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de abril de 2022 o capital foi alterado para R\$ 8.930.542, através da emissão de 3.929.542 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 cada uma, a serem integralizadas pelos sócios de forma igualitária, mantendo assim os percentuais de participação de 50% cada.

Em 14 de julho de 2023 o capital foi alterado para R\$ 10.287.682 através da emissão de 1.357.140 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma a serem integralizadas pelos sócios de forma igualitária, mantendo assim os percentuais de participação de 50% cada.

Em 29 de abril de 2024 o capital foi alterado para R\$ 55.594.240 através da emissão 1 ação preferencial de valor de R\$ 20.000.000 e outras 25.306.558 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 cada uma a serem integralizadas pelos sócios de forma igualitária, mantendo assim os percentuais de participação de 50% cada em relação às ações ordinárias.

Ao longo de 2025 foram integralizados pela SPC S.A. o valor de R\$ 14.051.438.

A Grafeno Holding Ltda. exerce influência significativa quanto a administração da Controlada, por este motivo, a investida não é consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

12. Ativo imobilizado

Descrição	Taxa	Líquido	
		2025	2024
Veículos	20%a.a.	774.290	329.458
Moveis e utensílios	10%a.a.	252.343	252.155
Equipamentos de informática	20%a.a.	2.299.781	3.550.228
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	5.466	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%a.a.	65.527	287.003
Total		3.397.407	4.418.844

Movimentação do exercício 2025

Descrição	2024	Adições	Baixas	2025
Veículos	947.008	565.051	(184.900)	1.327.159
Máquinas e equipamentos	-	5.627	-	5.627
Moveis e utensílios	291.675	14.800	-	306.475
Equipamentos de informática	33.757.102	159.569	-	33.916.671
Benfeitorias em imóveis de terceiros	608.995	-	-	608.995
Total	35.604.780	745.047	(184.900)	36.164.927
Depreciação acumulada	(31.185.936)	(1.766.484)	184.900	(32.767.520)
Líquido	4.418.844	(1.021.437)	-	3.397.407

SPC Brasil S.A.*(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)*Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma**Movimentação do exercício 2024**

Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Veículos	287.357	659.651	-	947.008
Moveis e utensílios	291.675	-	-	291.675
Equipamentos de informática	37.047	36.606.406	(2.886.351)	33.757.102
Benfeitoria em imóveis de terceiros	587.558	21.437	-	608.995
Total	1.203.637	37.287.494	(2.886.351)	35.604.780
Depreciação acumulada	(208.229)	(33.059.493)	2.081.786	(31.185.936)
Líquido	995.408	4.228.001	(804.565)	4.418.844

13. Intangível

Descrição	Taxa	2025	Líquido 2024
Direito de uso de software	20%a.a.	1.880.634	6.349.886
Desenvolvimento de sistemas	20%a.a.	1.233.846	512.742
Base de dados de informações	20%a.a.	20.089.891	15.864.530
Total		23.204.371	22.727.158

Movimentação do exercício 2025

Descrição	2024	Adições	Baixas	2025
Direito de uso de software	36.875.692	14.108	-	36.889.800
Desenvolvimento de sistemas	3.670.800	1.016.695	-	4.687.495
Base de dados de informações	98.940.185	14.521.794	(459.099)	113.002.880
Sistema JAVA	3.207.049	-	-	3.207.049
Total	142.693.726	15.552.597	(459.099)	157.787.224
Amortização acumulada	(119.966.568)	(14.616.285)	-	(134.582.853)
Líquido	22.727.158	936.312	(459.099)	23.204.371

Movimentação do exercício 2024

Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Direito de uso de software	-	37.696.464	(820.772)	36.875.692
Desenvolvimento de sistemas	-	3.670.800	-	3.670.800
Base de dados de informações	-	99.291.688	(351.503)	98.940.185
Sistema JAVA	-	3.207.049	-	3.207.049
Total	-	143.866.001	(1.172.275)	142.693.726
Amortização acumulada	-	(121.138.843)	1.172.275	(119.966.568)
Líquido	-	22.727.158	-	22.727.158

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

14. Fornecedores

Descrição	2025	2024
Amazon AWS	1.841	552.871
RPJ Gestão Empresarial	99.378	94.798
Bresa Serviços LTDA	49.565	47.281
Inoviti	45.506	43.774
Correios	616.148	-
Appoena Tecnologia	503.946	-
Cloudera	262.688	-
Apple	119.350	22.663
RAP Gomes	91.888	-
Power Data	90.844	-
Silva&Rocha	83.856	-
Midall Data Tech	81.760	-
Martins Silva	80.051	-
Google	75.142	-
Outros	969.636	568.204
Total	3.171.599	1.329.591

15. Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
IRPJ – Imposto de renda	9.088.076	-
CSLL – Contribuição social	2518.503	6
PIS	545.998	16.263
COFINS	11.621.544	84.407
ISS	601.595	3.439
Impostos importação de serviços	346.393	283.297
Impostos retido sobre serviços tomados	2.241.111	13.835
Total	26.963.220	401.247

As variações nos saldos das contas deste grupo referem-se aos tributos decorrentes da migração integral da operação de gestão de banco de dados do SPC Brasil para a SPC S.A. ocorrida em 01 de janeiro de 2025.

16. Obrigações trabalhistas

Descrição	2025	2024
INSS a recolher	1.286.943	1.833
FGTS a recolher	433.022	240
IRRF sobre salários	1.217.637	3
Provisão de férias e encargos	6.394.169	4.724
Empréstimo consignado	279.446	-
Total	9.611.217	6.800

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

As variações nos saldos das contas deste grupo referem-se às obrigações sobre folha de pagamento de colaboradores, transferidos do SPC Brasil para a SPC S.A. em 01 de janeiro de 2025, data da migração da operação entres as empresas.

17. Obrigações do convênio

Descrição	2024	2024
Parceria SERASA	36.239.937	-
Total	36.239.937	-

Em 01 de Janeiro de 2025 o contrato de parceria firmado entre SERASA e SPC Brasil foi cedido para a SPC S.A. O contrato original data de 2011 e foi aprovado pelo CADE em 2012, sendo renovado em 2021 até o ano de 2031.

Tal contrato prevê uma série de obrigações para as duas partes com o objetivo de aperfeiçoar a atuação comercial das CDLs e, também, o uso por parte destas de produtos oferecidos pela Serasa. Anualmente a SPC S.A. recebe valores a serem distribuídos às Entidades do movimento lojista para auxílio na estruturação de operações comerciais. A SPC S.A. atua, neste caso, como uma administradora do contrato, registrando em seu passivo os valores a serem repassados com base na utilização de base de dados do parceiro.

18. Outras obrigações

Descrição	2025	2024
Adiantamento de clientes	1.828.040	371.620
Contas a pagar (a)	3.009.746	50.437
Valores a repassar (b)	1.189.296	-
Outras	511	-
Total	6.027.593	422.057

(a) Com a migração efetiva da operação do SPC Brasil, a Companhia assumiu a cobrança de contribuições estatutárias que as Federações Estaduais fazem das Câmaras Municipais de Dirigentes Lojistas. Esta atividade é regulamentada pelo estatuto da CNDL e pelos regulamentos dos conselhos Nacional e Estadual de SPCs.

(b) Os valores são lançados nas faturas das entidades e sua contrapartida é registrada como obrigação na rubrica de Valores a Repassar. O pagamento às Entidades é feito com base no recebimento das faturas, quando é feita a apuração do valor devido, é cobrada uma taxa de 3% pela administração de caixa de terceiros, e então lançado o título efetivo baixando o valor desta rubrica e o reconhecendo na rubrica Contas a Pagar.

19. Provisão para indenizações contratuais

Descrição	2025	2024
Indenizações – Convênio SERASA	5.404.566	-
Total	5.404.566	-

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

Como parte das atividades realizadas pela SPC Brasil S.A. em consonância com o contrato de parceria com a SERASA, a empresa exerce a governança sobre a atuação das Entidades vinculadas ao SPC Brasil e da SERASA no tocante aos clientes que eventualmente migrem de um gestor de banco de dados para outro.

Trimestralmente SPC Brasil S.A. e SERASA alinham os valores devidos de indenização para estas situações e nesta rubrica são registrados os recebimentos e pagamentos destes ao longo dos anos do contrato conforme este alinhamento.

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 2.942.921 representado por 2.942.920 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado e 1 ação preferencial, totalizando 2.942.921 ações.

Em 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1,00 através da emissão de 1 ação preferencial única com ágio de R\$ 215.225.859 destinado como reserva de capital.

A ação preferencial foi emitida considerando o Laudo de Avaliação do Acervo Líquido Contábil, datado de 27 de novembro de 2023, com base na posição do SPC Brasil no cenário de 31 de dezembro de 2023. Os valores dessa ação preferencial são compostos por:

- Caixa e equivalentes de caixa – R\$ 149.024.117,00
- Partes relacionadas – R\$ 19.530.457,26
- Imobilizado – R\$ 4.268.306,33
- Intangível – R\$ 42.402.979,21

A totalidade dos montantes transferidos acima citados é de R\$ 215.225.859,80.

O ágio foi decorrente da necessidade de incorporação por parte da SPC Brasil S.A. de bens e direitos anteriormente do SPC Brasil que dão sustentação a operação de Gestor de Banco de Dados migrada para a Companhia conforme exigido pelo BACEN. Não existindo o interesse da diluição da participação de cada um destes pelo entendimento de que tais bens têm propriedade compartilhada entre todos os acionistas já que este tem mesmo percentual de participação no Conselho Deliberativo do SPC Brasil, a incorporação foi realizada como reserva de capital.

(b) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado no fim de cada exercício, até atingir os limites fixados pela legislação societária. Em 2025 foi adicionado do valor de R\$ 505.136. O acréscimo foi realizado considerando a compensação dos prejuízos acumulados em exercícios anteriores e o limite de 20% do capital social conforme legislação aplicável.

(c) Reservas estatutárias

A Companhia mantém as seguintes reservas estatutárias, constituídas com base no lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76:

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

(i) Reserva para compra de ações em tesouraria

É destinada à formação de reserva para aquisição de ações de emissão da própria Companhia, com a finalidade de manutenção em tesouraria ou cancelamento. A reserva será constituída com montante equivalente a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

(ii) Reserva para contingências

Poderá ser constituída, por proposta dos órgãos da administração, reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercícios futuros, a diminuição do lucro decorrente de perdas julgadas prováveis. O montante a ser destinado será definido com base na estimativa das perdas e estará limitado ao valor necessário para atender à finalidade específica, até o limite de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais). A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram sua constituição.

(iii) Reserva para patrimônio líquido regulatório

Será constituída reserva destinada a assegurar o atendimento ao patrimônio líquido mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, bem como para suportar eventuais incrementos regulatórios futuros. A reserva será formada mediante a destinação de 2% (dois por cento) do lucro líquido do exercício ajustado, após a compensação de prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

(iv) Reserva de investimentos

Será constituída reserva de lucros com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio de investimentos em controladas, coligadas ou outros empreendimentos relacionados ao objeto social. A reserva será formada mediante a destinação de até 40% (quarenta por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

21. Receita líquida

Descrição	2025	2024
Venda de serviços	298.898.378	5.544.992
Deduções da receita		
Impostos e contribuições	(26.644.414)	(637.521)
Descontos e cancelamentos	(11.598.747)	(1.448)
Total	260.655.217	4.906.023

22. Custos

Descrição	2025	2024
Insumos para a prestação de serviços	(45.159.376)	(1.106.574)
Total	(45.159.376)	(1.106.574)

Os custos são oriundos de informações de crédito e cadastrais adquiridos de terceiros e da emissão por parte do SPC Brasil de certificados vendidos pela SPC Brasil S.A..

SPC Brasil S.A.*(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)*Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma**23. Despesas por natureza**

Descrição	2025	2024
Assessoria empresarial	(7.986.524)	(2.980.906)
Provedores de meios de pagamento	(164.167)	(228.345)
Assessoria jurídica	(1.866.681)	(88.755)
Assessoria contábil	(263.469)	(116.421)
Salários	(41.513.492)	(35.019)
INSS sobre folha de pagamento	(13.349.332)	(11.140)
FGTS sobre folha de pagamento	(4.039.826)	(3.078)
Férias e 13º salário	(9.219.007)	(6.740)
Rescisões	(2.441.195)	-
Assistência médica e odontológica	(4.884.909)	(10.452)
Vale-refeição e vale transporte	(6.050.274)	(16.122)
Outras despesas com pessoal	(280.855)	(21.190)
Compartilhamento de serviços (a)	3.851.158	(3.739.889)
Software e sistemas (b)	(13.653.202)	(2.101.542)
IPVA	(12.441)	(9.825)
Seguros	(33.207)	(1.433)
IPTU	(77.749)	(910)
Depreciação e amortização	(16.999.794)	(23.498.015)
Impostos sobre importação	(74.788)	(95.399)
Propaganda e marketing	(15.251)	(1.989.651)
Assessoria de informática	(14.061.066)	(1.660.208)
Eventos	(1.054.178)	(352.910)
Despesas Judiciais	(1.414.553)	-
Despesas com direito de uso de marca	(7.956.298)	-
Despesa com perda de recebíveis	(732.434)	-
Outras despesas	(21.004.535)	(1.654.637)
Total	(165.298.069)	(38.622.587)
Despesas administrativas (b)	(5.292.712)	(691.680)
Despesas com serviços (b)	(47.741.583)	(8.534.145)
Despesas com pessoal (b)	(83.042.826)	(2.330.984)
Despesas com viagens	(35.260)	-
Despesas com marketing	(15.251)	(1.989.651)
Despesas tributárias	(1.150.881)	(703.160)
Despesas com eventos	(1.054.178)	(352.910)
Despesas com depreciação	(16.999.794)	(23.498.015)
Despesas judiciais (c)	(1.414.553)	(83)
Despesas com direito de marca (d)	(7.956.298)	-
Outras despesas	(594.733)	(521.959)
Total	(165.298.069)	(38.622.587)

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

(a) Em 31 de dezembro de 2023 SPC Brasil e SPC Brasil S.A. assinaram contrato de rateio de custos e despesas (Centro de Serviços Compartilhados) devido a concentração de atividades administrativas tais como recursos humanos, financeiro, contabilidade, jurídico, tecnologia, segurança da informação, marketing e patrimonial em apenas uma das empresas participantes do acordo. Deste modo os custos da execução de tais atividades são rateados proporcionalmente em função da representatividade do faturamento de cada uma delas. As apurações são realizadas mensalmente e o pagamento dos valores são realizados até o último dia útil do mês subsequente.

(b) As linhas em epígrafe têm seu aumento em relação ao exercício anterior consequente a efetiva migração da operação da gestão de banco de dados do SPC Brasil para a SPC Brasil S.A. a partir de 01 de janeiro de 2025.

(c) Esta rubrica compreende despesas com acordos judiciais firmados e custas processuais incorridas no curso de processos ao longo do exercício.

(d) Foi firmado contrato de direito de uso de marca entre a SPC Brasil S.A. e Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. O contrato cede à SPC Brasil S.A. o direito de uso da marca SPC Brasil em seus produtos, serviços, materiais de divulgação e outros. Em contrapartida a SPC Brasil S.A. paga a CNDL o valor equivalente a 3,5% de sua receita líquida mensal e 3% do sobre a equivalência patrimonial positiva contabilizada anualmente pela SPC Brasil S.A. em decorrência do uso da marca por controladas e coligadas.

24. Resultado financeiro líquido

Descrição	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	23.027.311	13.514.972
	23.027.311	13.514.972
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(32.343)	(473)
Multas e juros por atrasos	(208.439)	-
	(240.782)	(473)
Total	22.786.529	13.514.499

25. Imposto de renda e Contribuição social - Corrente

No exercício de 2025 e 2024 a Companhia realizou a apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido pelo regime de Lucro Real Anual.

Pela ausência de lucro tributável, não houve despesas e recolhimentos em relação aos referidos tributos no exercício de 2024.

A memória de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido corrente do exercício de 2025 está abaixo demonstrada:

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2025	2024
Optante pelo lucro real anual		
Lucro líquido (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	66.280.195	(27.808.797)
Adições	28.153.219	7.622.825
Exclusões	(7.734.482)	-
Saldo de prejuízos	(25.999.091)	
Lucro real (base de cálculo negativa)	60.699.841	(20.185.972)
IRPJ 15%	(9.104.976)	-
IRPJ adicional de 10%	(6.033.984)	-
CSLL 9%	(5.462.986)	-
Imposto de renda e contribuição social	(20.601.946)	-

26. Provisão para contingências

A administração efetua uma avaliação dos riscos envolvidos nos processos nos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é efetuada com base na opinião dos assessores jurídicos.

A avaliação é classificada entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho e determina os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como perdas prováveis e divulgadas em notas explicativas as contingências classificadas como perdas possíveis.

Em 31 de dezembro de 2025 foi constituída provisão no total de R\$ 512.603 (sem processos prováveis para 31 de dezembro de 2024) com base nos processos classificados como perda provável, não existindo processos com perda possível para fins de divulgação.

27. Gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e capital.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

28. Cobertura de seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo não circulante e mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

SPC Brasil S.A.

(Anteriormente denominada Serviços para o Comércio do Brasil S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

29. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

* * * * *